

CONTEÚDO LOCAL GARANTE DESENVOLVIMENTO E EMPREGO NO BRASIL

25 DE NOVEMBRO, ÀS 14H
BNDES – JUSCELINO KUBITSCHECK, 510

Defender o conteúdo local é garantir que a indústria brasileira produza veículos, máquinas e tecnologias no País.

Se não fossem as importações da indústria de transformação, o Brasil teria hoje **MAIS 2,5 MILHÕES DE EMPREGOS** na indústria, que movimentariam em torno de **R\$ 105 BILHÕES** ao ano em salários, impostos, contribuições, entre outros.

Dados da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, a Abimaq, mostram que se fossem substituídos os R\$ 10 bilhões de máquinas importadas por equipamentos produzidos no Brasil, seriam gerados cerca de 280 mil empregos.

As exigências mínimas de conteúdo local são comuns em todos os países industrializados do mundo. Qualquer país decente, que olha para o seu povo de maneira digna, pratica esse tipo de política.



NORUEGA, AUSTRÁLIA E NIGÉRIA

No setor de petróleo, são exemplos de países que adotam políticas de conteúdo local, que incluem transferência de tecnologia, investimentos em pesquisas e desenvolvimento e forte presença de fornecedores locais.



CHINA E ÍNDIA

Possuem diversas iniciativas para atrair empresas estrangeiras para que produzam e prestem serviços utilizando trabalhadores locais em setores como tecnologia da informação, telecomunicações e comércio, na maioria dos casos criando novas empresas em parceria com o governo local.

A Índia, inclusive, proíbe as importações de determinados equipamentos utilizados na geração de energia elétrica.

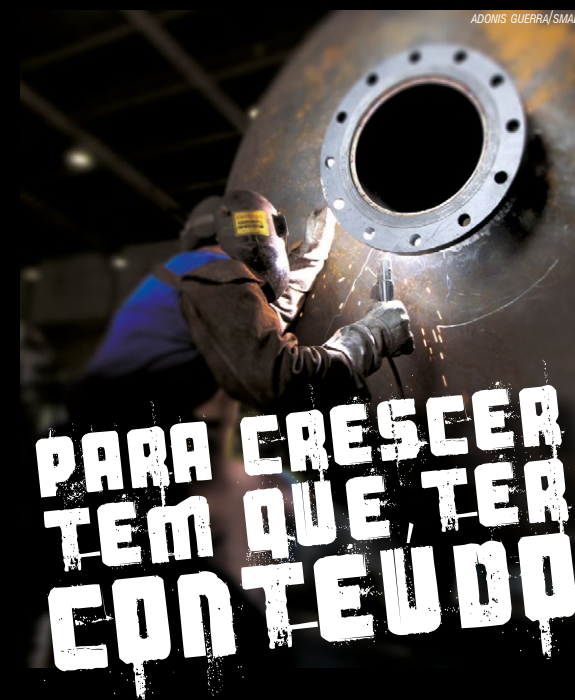


ESTADOS UNIDOS

Existem diversas leis que exigem produção local para diferentes produtos de aço, na fabricação de armas, na construção e manutenção de obras públicas e, até mesmo, na compra de uniformes esportivos.

Para sair da crise econômica que aumentou o desemprego, é necessário manter e aperfeiçoar o conteúdo nacional para a geração de emprego e renda dos brasileiros.

Fonte: Dieese - Subseção no SMetalABC e Subseção no SMetalSP



ORGANIZAÇÃO



25 DE NOVEMBRO

Dia Nacional de Luta e Paralisações em Defesa dos Direitos

As Centrais Sindicais realizarão nesta sexta-feira, dia 25, um **Dia Nacional de Luta e Paralisações em Defesa dos Direitos** e de protesto contra as reformas previdenciária e trabalhista que vão tirar direitos e benefícios sociais da população e da classe trabalhadora. Somos contra a redução dos direitos, mudanças radicais na aposentadoria, o sucateamento dos serviços públicos, o congelamento de verbas para educação e saúde.

Saúde

Serviços como SUS, Saúde da Família, remédios grátis, SAMU serão gravemente afetados por falta de investimento. Perda de R\$ 295,9 bilhões*

Educação

Proposta do governo tira R\$ 377,7 bilhões* da educação. Faltará dinheiro pra construção, manutenção e reforma de escolas e creches e os salários dos professores ficarão congelados. Programas como Fies, Pronatec, Ciência sem Fronteiras e de alfabetização de jovens e adultos serão suspensos.

Salário Mínimo

A PEC 55 (antiga 241) pode prejudicar a correção do salário mínimo. Se já estivesse valendo, o mínimo seria de apenas R\$ 400. Hoje é de R\$ 880.

Pré-Sal

A maior riqueza natural do País está ameaçada de ser entregue às multinacionais. O Brasil é dono da terceira maior reserva de óleo leve e gás natural do planeta.

Aposentadoria

Governo quer impor idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, podendo chegar a 70 anos, independentemente do tempo de contribuição.

* valor estimado por 13 anos pelo Dieese

Propostas

As Centrais Sindicais já entregaram ao governo um documento com propostas para a melhoria da arrecadação e da gestão do sistema previdenciário. São elas:

- Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas
- Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas
- Alienação de imóveis da Previdência e de outros patrimônios em desuso, por meio de leilão
- Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social
- Criação de Refis para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social
- Melhoria da fiscalização da Previdência, com aumento do número de fiscais, aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização
- Revisão das alíquotas de contribuição previdenciária do setor do agronegócio
- Destinação à Seguridade e/ou à Previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional

TAMBÉM DEFENDEMOS O CHAMADO “CONTEÚDO LOCAL”, COMO FORMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (VEJA NO VERSO), E MAIS INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO.